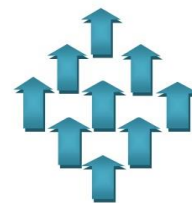


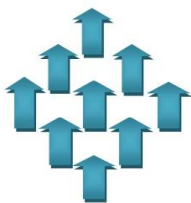
GJTPREVI
INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS
MUNICIPAIS DE GOVERNADOR JORGE TEIXEIRA
CNPJ 13.363.520/0001-00



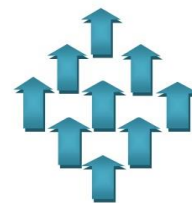
RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO 2021

Governador Jorge Teixeira-RO

Março 2022



GJTPREVI
INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS
MUNICIPAIS DE GOVERNADOR JORGE TEIXEIRA
CNPJ 13.363.520/0001-00



**ÓRGÃO: INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS
MUNICIPAIS DE GOVERNADOR JORGE TEIXEIRA - GJTPREVI**

MODALIDADE: Relatório de Gestão Anual

PERÍODO: Janeiro a dezembro de 2021

COMPOSIÇÃO:

EDIVALDO DE MENEZES

Presidente

Período: 01/10/2018 a 30/09/2024

ELIANE SOUZA PRATI

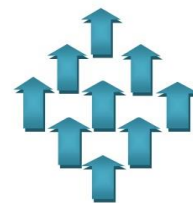
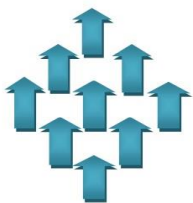
Agente Administrativa

Início: 01/12/2015

LÍLIAN RODRIGUES DAMASCENO

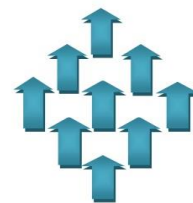
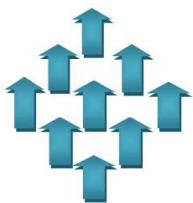
Controladora Interna

Início: 01/04/2020



SUMÁRIO

1.0	APRESENTAÇÃO.....	04
1.1	Estrutura Organizacional.....	05
2.0	DEMONSTRATIVOS DE RECEITAS.....	07
2.1	Das Receitas.....	07
2.2	Comparativo da Arrecadação do Três Últimos Exercícios.....	07
2.3	Das Despesas Orçamentárias 2020.....	08
2.4	Demonstrativo de Fluxo de Caixa.....	09
2.5	Comparativo da Despesa dos Três Últimos Exercícios.....	10
2.6	Movimentação dos Restos a Pagar do Exercício.....	11
3.0	DO BALANÇO PATRIMONIAL.....	11
3.1	Da Dívida Fundada.....	12
3.2	Da Dívida Flutuante.....	12
4.0	TERMOS DE PARCELAMENTOS DE DÉBITOS PREVIDENCIÁRIOS.....	12
5.0	DÉBITOS PREVIDENCIÁRIOS EM 31/12/2020, NÃO INSERIDOS EM PARCELAMENTOS....	13
6.0	AVALIAÇÕES ATUARIAIS.....	13
6.1	Demonstrativos da Três Últimas Avaliações Atuariais.....	14
6.2	Reservas Matemáticas.....	16
6.3	Demonstrativos das Alíquotas.....	17
6.4	Eventuais Insuficiências Financeiras.....	17
7.0	DEMONSTRATIVOS DAS CONCESSÕES DE BENEFÍCIOS.....	17
7.1	Demonstrativos da Evolução das Aposentadorias e Pensões.....	18
8.0	DESPESAS ADMINISTRATIVAS.....	18
8.1	Demonstrativo dos Três Últimos Exercícios.....	18
9.0	PROCESSOS ADMINISTRATIVOS DOS GJTPREVI.....	19
10.0	PROCESSOS DE COMPENSAÇÃO PREVIDENCIÁRIA.....	20
11.0	CRP – CERTIFICADO DE REGULARIDADE PREVIDENCIÁRIA.....	21
12.0	DEMONSTRATIVOS FINANCEIRO DE INVESTIMENTOS.....	21
12.1	Investimentos em Imobiliários.....	22
13.0	RELAÇÃO DAS CONTAS.....	23
13.1	Contas Investimentos.....	23
13.2	Contas Correntes.....	23
14.0	BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS DE 2020.....	23
15.0	METAS ALCANÇADAS.....	23
16.0	DETERMINAÇÕES E AUDITORIAS DO TCE.....	24
16.1	TRANSPARÊNCIA E PUBLICIDADE.....	24
17.0	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	29



APRESENTAÇÃO

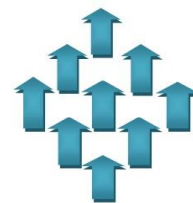
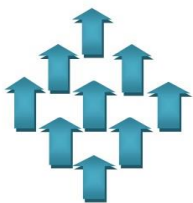
O presente Relatório de Gestão elaborado pelo Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos Municipais de Governador Jorge Teixeira - GJTPREVI, tem por finalidade e objetivo apresentar e relatar os trabalhos realizados no decorrer do exercício financeiro de 2021, buscando e apresentando o comparativo dos últimos 03 (três) anos da gestão deste RPPS, nos detendo as práticas realizadas no Exercício e principalmente as estratégias de atuação e as atividades desempenhadas, fechando com os resultados obtidos no decorrer do Exercício.

O Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos Municipais de Governador Jorge Teixeira, estado de Rondônia, designado pela sigla GJTPREVI, foi instituído através da Lei Municipal Complementar nº 012/2012 de 01 de setembro de 2012, autarquia municipal de Previdência Social com Personalidade Jurídica de Direito Público, inscrito no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas CNPJ sob nº 13.363.520/0001-00, com sede na Avenida Pedras Brancas, nº 939, Centro, CEP: 76898-000, Governador Jorge Teixeira - RO, com endereço eletrônico institutoprevidenciagjtprevi@gmail.com e fone (69) 3524-1278, possui autonomia gerencial, administrativa e financeira.

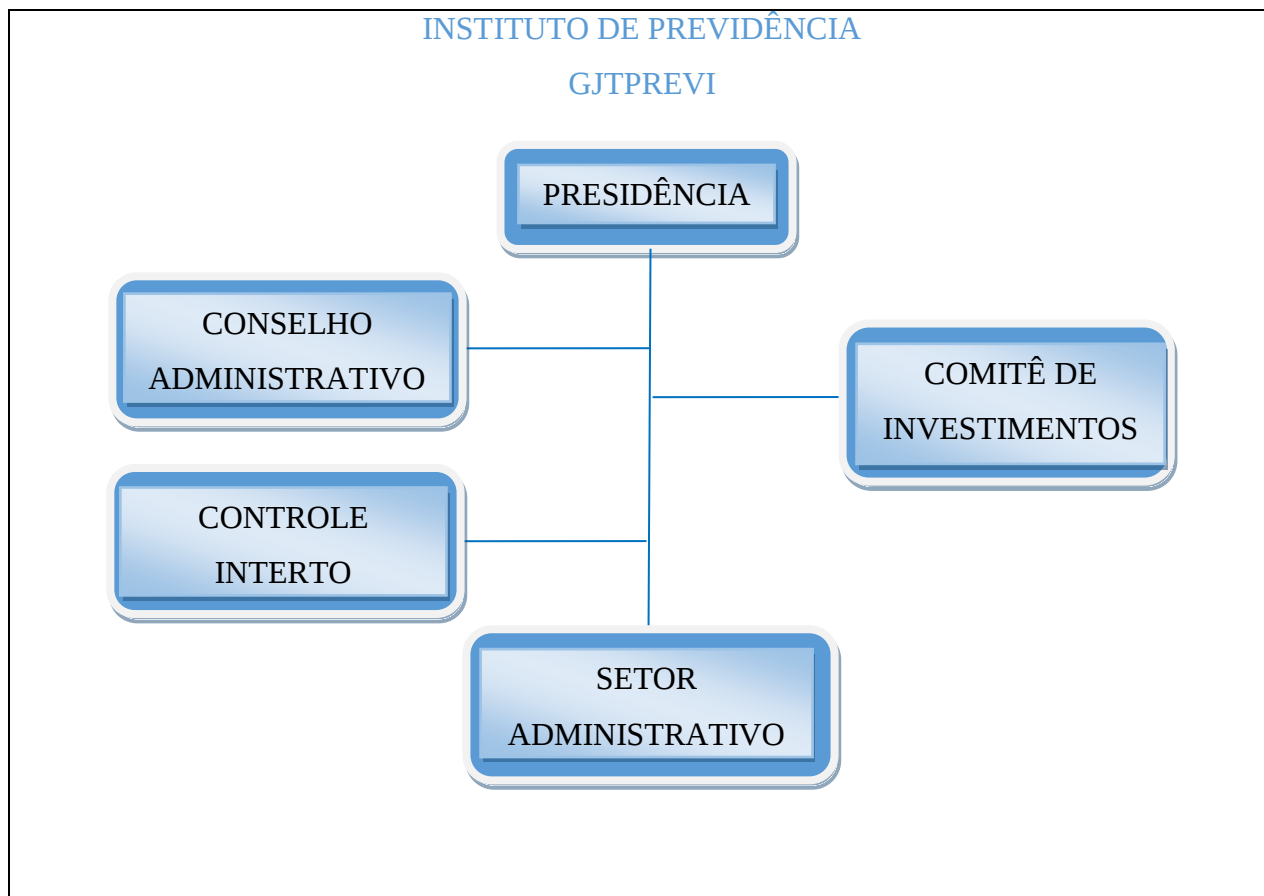
A última estruturação do Instituto ocorreu no ano de 2016, mantém-se dentro das normas e preceitos sendo autarquia de caráter contributivo e solidário, pois as contribuições são de cunho obrigatório para empregadores (administração direta e indireta do Poder Executivo, Poder Legislativo e Autarquias) e empregados (servidores ativos, inclusive aposentados e pensionistas) de cargos efetivos do Município de Governador Jorge Teixeira que recebam proventos e pensão em valor superior ao teto dos benefícios pagos pelo Regime Geral de Previdência Social – (RGPS), regido pela Lei Municipal Complementar nº 015/2016 que trata da Reestruturação deste RPPS, aprovada e sancionada em 09 de maio de 2016.

Aos Gestores cabe administrar, gerenciar e operacionalizar o Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores Municipais estatutários e de seus dependentes, na forma prevista em lei específica, prezando o emanado na Constituição Federal, em especial no *artigo 37, seguindo os princípios norteadores da Administração Pública sendo: legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência.*

Nossa missão é gerir de forma ética, transparente e eficiente os recursos do RPPS, concedendo benefícios previdenciários observando os preceitos constitucionais e legais de seguridade social, promovendo o bem estar dos nossos segurados, buscando estratégias para garantir a sustentabilidade e a manutenção dos benefícios previdenciários valendo-se da gestão dos recursos e serviços prestados. Em nossa autarquia, não existe quadro próprio de servidores, o Cargo de Presidente é eletivo, sendo este auxiliado por um agente Administrativo e um Controlador (a) Interno, ambos ocupantes de cargo comissionado, conforme o Parágrafo único do artigo 80 da referida Lei.



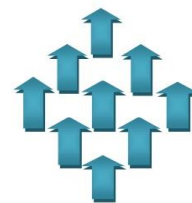
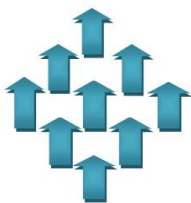
1.1. Estrutura Organizacional:



De acordo com a Lei Municipal Complementar nº 015/2016, a estrutura organizacional deste Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos Municipais de Governador Jorge Teixeira - GJTPREVI é constituída dessa forma:

Presidente - O cargo de Presidente nos termos da Lei Municipal Complementar nº 015/2016, é eletivo, eleito entre os servidores efetivos do Município de Governador Jorge Teixeira, com vencimento estipulado na referida Lei, tendo os reajustes conforme o primeiro escalão municipal. As exigências mínimas para ocupar o cargo de Presidente do GJTPREVI são: Ser maior de 21 anos; Possuir a Certificação exigida pelo MPAS (CPA-10 ou compatível); Possuir nível Médio Completo; estar com a sua situação fiscal totalmente regular; ser servidor do quadro Efetivo do Município entre outros requisitos descritos no Art. 73 da referida Lei.

Nome	Início Atuação	Fim Atuação	Certificação
Edivaldo de Menezes	01/10/2018 Dec. 7624/GAB/2018 01/10/2021 Dec. 8553/GP/2021	Ativo	CPA 10



Agente Administrativo: Esta função é ocupada por um servidor Comissionado, com nível médio completo, nomeação de acordo com o Art. 80, Parágrafo Único da mesma Lei.

Nome	Início Atuação	Fim Atuação	Certificação
Eliane Souza Prati	01/12/2015	-	-

Controlador (a) Interno: Esta função é ocupada por servidor nomeado em cargo comissionado de acordo com o Art. 80, Parágrafo Único da mesma Lei, com formação superior.

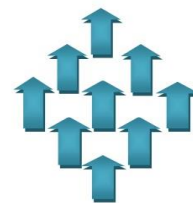
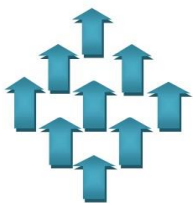
Nome	Início Atuação	Fim Atuação	Certificação
Lílian Rodrigues Damasceno	01/04/2020 Port. 039/GJTPREVI/2020	-	-

Por não ter servidor efetivo dentro do RPPS nas áreas específicas que demandam os serviços técnicos e especializados, foi firmado com o ENTE MUNICIPAL uma parceria para que servidores do quadro efetivo do município desempenhem funções para o Instituto, sendo o contador(a), conforme Artigo 82, Parágrafo Único da Lei Municipal Complementar nº 015/2016.

Conselho Administrativo: Este conselho é formado de acordo com o Art. 66, Inciso I da Lei Municipal Complementar nº 015/2016, com representantes do Executivo, do Legislativo, dos segurados ativos, dos aposentados e pensionistas. As reuniões ocorrem de forma ordinária mensalmente e, extraordinariamente, quando convocado pelos Presidentes do GJTPREVI, do Conselho e por no mínimo três conselheiros. As atribuições são as constantes no Art. 68 da Lei Municipal Complementar nº 015/2016.

Representatividade	Nome	Formação	Função	Certificação
Representante do Executivo	Gislaine Visintin da Silva	Superior	Titular	
Representantes do Legislativo	André Galeano de Oliveira	Médio	Titular	
Representantes do Sindicato	Janiel Pinheiro Damasceno	Superior	Titular	
Representantes dos Inativos	Antonio Ausgusto de Moraes	Médio	Titular	
Servidores Eleitos	Alana Soares Ramos	Superior	Titular	
	Francisnaldo Bezerra Filho	Médio	Titular	
	Maria Glória Araújo Medeiros	Superior	Titular	

Comitê de Investimento: Compete ao Executivo Municipal compor conforme Artigo 76 da Lei Municipal Complementar nº 015/2016 e possuem as atribuições para acompanhar e executar as aplicações financeiras dos recursos da carteira do GJTPREVI, auxiliando o Presidente nas tomadas de decisão quanto à execução da política de investimentos, dentro dos parâmetros de orientação da Secretaria de Previdência, Conselho



Monetário Nacional, Banco Central e demais órgãos competentes. Sua composição é feita por 03 (três) servidores efetivos, conforme § 4º do artigo 2º da Portaria MPS nº 519/2011 de 24 de agosto de 2011. As reuniões ordinárias são realizadas mensalmente.

Representatividade	Nome	Formação	Função	Certificação
EXECUTIVO	Hozana Ricardina Reis Leite	Superior	Titular	-
GJTPREVI	Edivaldo de Menezes	Médio	Titular	CPA-10
EXECUTIVO	Janiel Pinheiro Damasceno	Superior	Titular	-

2. DEMONSTRATIVOS DE RECEITAS:

2.1. Das Receitas

O GJTPREVI, teve sua receita inicial estimada e Despesa fixada para o ano de 2021 e aprovada através da Lei Municipal nº 1111/2020, de 14 de Dezembro de 2020 em R\$ 3.686.865,41 (três milhões, seiscentos e oitenta e seis mil, oitocentos e sessenta e cinco reais e quarenta e um centavos), para o exercício em análise.

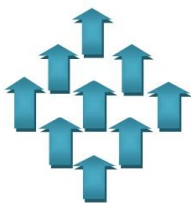
Conforme demonstrativos contábeis analisados a receita realizada no exercício foi de R\$4.031.534,27 (quatro milhões, trinta e um mil, quinhentos e trinta e quatro reais e vinte e sete centavos), ficando em 9,349% acima da previsão orçamentária inicial (anexo 12 – Balanço Orçamentário).

Não houve atingimento da Meta Atuarial prevista na PAI (Política Anual de Investimentos) 2021 com rentabilidade de IPCA + 5,42% a.a. Ao findar o exercício a Meta estipulada não foi atingida tendo alcançado a rentabilidade de 0,55%, enquanto a Meta Atuarial acumulada para o mesmo período era de 10,65 %. Isso ocorreu pela crise mundial causada principalmente pela Covid-19 dentre outras, onde várias conjunturas nacionais e mundiais fizeram com que o mercado financeiro e de investimentos tivessem níveis tão baixos nos retornos do investimentos, principalmente para o seguimento de renda fixa, conforme demonstrado no anexo 15 – Variações Patrimoniais.

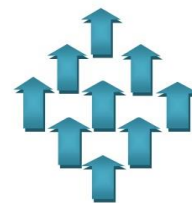
Fazendo um comparativo, podemos observar que houve uma Receita de R\$4.031.534,27 (quatro milhões, trinta e um mil, quinhentos e trinta e quatro reais e vinte e sete centavos) (Anexo 12), infelizmente o mercado financeiro não ajudou e tivemos uma perda de R\$678.939,76 (seiscentos e setenta e oito mil, novecentos e trinta e nove reais e setenta e sei centavos) rendimentos negativos no exercício, fazendo com que as receitas praticadas fossem de R\$3.352.594,51 (três milhões, trezentos e cinquenta e dois mil, quinhentos e noventa e quatro reais e cinquenta e centavos)

2.2. Comparativo da Arrecadação dos Três Últimos Exercícios

RECEITAS	2019	2020	2021
RECEITAS CORRENTES	4.611.209,80	3.655.201,57	3.352.594,51
Contribuição de Servidor Ativo Civil.	965.179,54	1.003.117,31	994.065,43



GJTPREVI
INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS
MUNICIPAIS DE GOVERNADOR JORGE TEIXEIRA
CNPJ 13.363.520/0001-00



Receitas de Valores Mobiliários	1.464.191,52	161.727,95	96.180,61
Multas e Juros de Mora das Contribuições para o RPPS	0,00	0,00	0,00
REC.CORRENTES INTRAORÇAMENTÁRIA	2.181.838,74	2.565.321,20	2.262.348,47
Contribuição Patronal do Servidor Ativo Civil	1.634.520,06	1.535.818,18	1.775.672,41
Multas e Juros de Mora das Contribuições para o RPPS	0,00	0,00	0,00
Receita de Parcelamentos	547.318,68	954.538,13	486.676,06
Multas e Juros receita de Parcelamento	0,00	0,00	0,00
Suprimento Financeiro Repasse Municipal	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens	0,00	0,00	0,00
TOTAL	R\$4.611.209,80	R\$3.655.201,57	3.352.594,51

As receitas intraorçamentárias tiveram uma queda de aproximadamente 11,9 % em relação ao exercício anterior, isso se deu em virtude do encerramento do Termo de Parcelamento 1420/2018, bem como, a falta de rentabilização devido às várias conjunturas econômicas. Os repasses previdenciários estão em dia, bem como os pagamentos dos parcelamentos remanescentes. Desta feita, as receitas orçamentárias no ano de 2021 tiveram queda de 8,26%, em relação a 2020, fato este ocorrido conforme relatos do Item 2.1.

2.3. Das Despesas Orçamentárias 2021

INST. PREVIDÊNCIA MUN. DE GOV. JORGE TEIXEIRA
ANEXO 12 - BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

Exercício de 2021

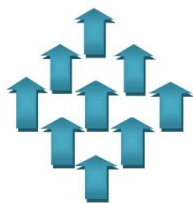
DEZEMBRO(31/12/2021)

2 de 2

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL (e)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (f)	DESPESAS EMPENHADAS (g)	DESPESAS LIQUIDADAS (h)	DESPESAS PAGAS (i)	SALDO DA DOTAÇÃO (j)=(f-g)
DESPESAS CORRENTES (VIII)	1.558.000,00	1.706.000,00	1.615.345,31	1.614.323,37	1.614.323,37	90.654,69
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	1.302.000,00	1.500.000,00	1.455.452,22	1.455.452,22	1.455.452,22	44.547,78
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	256.000,00	206.000,00	159.893,09	158.871,15	158.871,15	46.106,91
DESPESAS DE CAPITAL (IX)	10.000,00	10.000,00	5.687,07	4.387,07	4.387,07	4.312,93
INVESTIMENTOS	10.000,00	10.000,00	5.687,07	4.387,07	4.387,07	4.312,93
INVERSÕES FINANCEIRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA(X)	2.118.865,41	1.970.865,41	0,00	0,00	0,00	1.970.865,41
SUBTOTAL DAS DESPESAS (XI)=(VIII+IV+X)	3.686.865,41	3.686.865,41	1.621.032,38	1.618.710,44	1.618.710,44	2.065.833,03
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA - REFINANCIAMENTO (XII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA MOBILIÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS DÍVIDAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA MOBILIÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS DÍVIDAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (XIII)=(XI+XII)	3.686.865,41	3.686.865,41	1.621.032,38	1.618.710,44	1.618.710,44	2.065.833,03
SUPERÁVIT (XIV)			2.410.501,89			
TOTAL (XV)=(XIII+XIV)	3.686.865,41	3.686.865,41	4.031.534,27	1.618.710,44	1.618.710,44	2.065.833,03
RESERVA DO RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

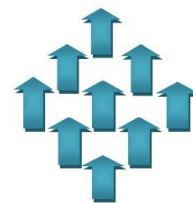
Do Orçamento para o ano de 2021, observamos a Dotação Inicial de R\$ 3.686.865,41 (três milhões, seiscentos e oitenta e seis mil, oitocentos e sessenta e cinco reais e quarenta e um centavos), com despesa empenhadas no montante R\$ **1.621.032,38** (um milhão, seiscentos e vinte e um mil, trinta e dois reais e trinta e oito centavos).

No exercício foram liquidados e pagos R\$ **1.618.710,44** (um milhão, seiscentos e dezoito mil, setecentos e dez reais e quarenta e quatro centavos), respectivamente.



GJTPREVI

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS
MUNICIPAIS DE GOVERNADOR JORGE TEIXEIRA
CNPJ 13.363.520/0001-00



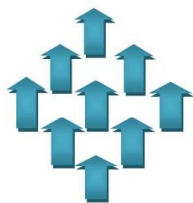
Os Créditos Adicionais por anulação abertos no exercício de 2021 atingiram o montante de R\$ 198.000,00 (cento e noventa e oito mil reais), que representam aproximadamente 5.38 % do total orçado, e todos foram por Anulação de Dotação. Mesmo com essa movimentação orçamentária não houve alteração na dotação inicial.

2.4. Demonstrativos do Fluxo de Caixa

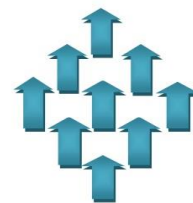
INST. PREVIDENCIA MUN. DE GOV. JORGE TEIXEIRA DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA Dezembro(31/12/2021) ISOLADO-9 - INST. PREVIDÊNCIA MUN. DE GOV. JORGE TEIXEIRA				1 de 3
Exercício de 2021				
QUADRO PRINCIPAL				
FLUXOS DE CAIXAS DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		EXERCÍCIO	EXERCÍCIO	
		ATUAL	ANTERIOR	
INGRESSOS		4.270.517,52	3.730.166,46	
RECEITAS DERIVADAS E ORIGINÁRIAS		4.031.534,27	3.655.201,57	
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria		0,00	0,00	
Recursos de Contribuições		3.256.413,90	3.493.473,62	
Recursos Patrimoniais		0,00	0,00	
Recursos Agropecuários		0,00	0,00	
Recursos Industriais		0,00	0,00	
Recursos de Serviços		0,00	0,00	
Outros Recursos Originários		0,00	0,00	
Restituição das Disponibilidades		775.120,37	161.727,95	
TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS		0,00	0,00	
OUTROS INGRESSOS OPERACIONAIS		238.983,25	74.964,89	
Ingressos Extraorçamentários		178.983,25	0,00	
Transferências Financeiras Recebidas		60.000,00	74.964,89	
DESEMBOLSOS (Incluído pagamento de RP)		2.472.246,38	1.349.130,29	
PESSOAL E DEMAIS DESPESAS		1.608.573,07	1.349.130,29	
Juros e Encargos da Dívida		0,00	0,00	
TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS		5.750,30	0,00	
OUTROS DESEMBOLSOS OPERACIONAIS		857.923,01	0,00	
Desembolsos Extra-Orçamentários		857.923,01	0,00	
Transferências Financeiras Concedidas		0,00	0,00	
FLUXO DE CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS (I)		1.796.271,14	2.381.036,17	
FLUXOS DE CAIXAS DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		EXERCÍCIO	EXERCÍCIO	
		ATUAL	ANTERIOR	
INGRESSOS		0,00	0,00	
ALIENAÇÃO DE BENS		0,00	0,00	
AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS CONCEDIDOS		0,00	0,00	
OUTROS INGRESSOS DE INVESTIMENTOS		0,00	0,00	
DESEMBOLSOS		4.387,07	12.500,00	
Aquisição de Ativo Não Circulante		4.387,07	12.500,00	
CONCESSÃO DE EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS		0,00	0,00	
OUTROS DESEMBOLSOS DE INVESTIMENTOS		0,00	0,00	
FLUXO DE CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO (II)		-4.387,07	-12.500,00	
FLUXOS DE CAIXAS DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		EXERCÍCIO	EXERCÍCIO	
		ATUAL	ANTERIOR	
INGRESSOS		0,00	0,00	
OPERAÇÕES DE CRÉDITO		0,00	0,00	
Integralização do Capital Social de Empresas Dependentes		0,00	0,00	
DESEMBOLSOS		0,00	0,00	
AMORTIZAÇÃO/REFINANCIAMENTO DA DÍVIDA		0,00	0,00	
OUTROS DESEMBOLSOS DE FINANCIAMENTOS		0,00	0,00	
FLUXO DE CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO (III)		0,00	0,00	
APURAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA DO PERÍODO		EXERCÍCIO	EXERCÍCIO	
		ATUAL	ANTERIOR	
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA INICIAL		18.390.156,07	16.021.619,90	
EDIVALDO DE MENEZES PRESIDENTE G.J.T. PREVI				
EDVALDO ARAÚJO DA SILVA CONTADOR				
INST. PREVIDÊNCIA MUN. DE GOV. JORGE TEIXEIRA DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA Dezembro(31/12/2021) ISOLADO-9 - INST. PREVIDÊNCIA MUN. DE GOV. JORGE TEIXEIRA				2 de 3
Exercício de 2021				
APURAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA DO PERÍODO		EXERCÍCIO	EXERCÍCIO	
		ATUAL	ANTERIOR	
(*) GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA (I+II-III)		1.791.884,07	2.368.536,17	
(*) CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA FINAL		20.184.040,14	18.390.156,07	
A - QUADRO DE TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS E CONCEDIDAS				
		EXERCÍCIO	EXERCÍCIO	
		ATUAL	ANTERIOR	
TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS		0,00	0,00	
Intergovernamentais		0,00	0,00	
do União		0,00	0,00	
do Estados e Distrito Federal		0,00	0,00	
do Municípios		0,00	0,00	
Intergovernamentais		60.000,00	74.964,89	
Outras Transferências Recebidas		0,00	0,00	
Total das Transferências Recebidas		60.000,00	74.964,89	
TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS		5.750,30	0,00	
Intergovernamentais		0,00	0,00	
a União		0,00	0,00	
a Estados e Distrito Federal		0,00	0,00	
a Municípios		0,00	0,00	
a Consórcios		0,00	0,00	
Intergovernamentais		5.750,30	0,00	
Outras transferências concedidas		0,00	0,00	
Total das Transferências Concedidas		5.750,30	0,00	
B - QUADRO DE DESEMBOLSOS DE PESSOAL E DEMAIS DESPESAS POR FUNÇÃO				
		EXERCÍCIO	EXERCÍCIO	
		ATUAL	ANTERIOR	
PREVIDÊNCIA SOCIAL		1.608.573,07	1.349.130,29	
Total dos Desembolsos de Pessoal e Demais Despesas por Função		1.608.573,07	1.349.130,29	

Av. Pedras Brancas nº 939 - Centro - CEP 76.898-000 - Governador Jorge Teixeira - RO
Site: www.gjtprevi.ro.gov.br

Fone: 69 3524-1278 - institutoprevidenciagjtprevi@gmail.com



GJTPREVI
INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS
MUNICIPAIS DE GOVERNADOR JORGE TEIXEIRA
CNPJ 13.363.520/0001-00



Exercício de 2021

INST. PREVIDÊNCIA MUN. DE GOV. JORGE TEIXEIRA
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
Dezembro(31/12/2021)
ISOLADO-9 - INST. PREVIDÊNCIA MUN. DE GOV. JORGE TEIXEIRA

3 de 3

C - QUADRO DE JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA			
	NOTA	EXERCÍCIO ATUAL	EXERCÍCIO ANTERIOR
Juros e Correção Monetária da Dívida Interna		0,00	0,00
Juros e Correção Monetária da Dívida Externa		0,00	0,00
Outros Encargos da Dívida		0,00	0,00
Total dos Juros e Encargos da Dívida		0,00	0,00

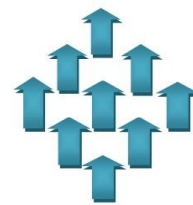
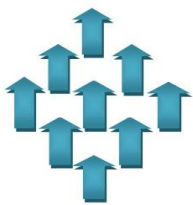
EDIVALDO DE MENEZES
PRESIDENTE G.J.T. PREVI
390.917.725-81

EDIVALDO ARAÚJO DA SILVA
CONTADOR
CRC-RO 008790-4

Na apuração do fluxo de caixa do exercício, verificamos que em 01/01/2021 este instituto contava com o valor inicial de R\$18.390.156,07 (dezoito milhões trezentos e noventa mil, cento e cinquenta e seis reais e sete centavos). No fechamento do exercício o valor que constava nas contas do Instituto de Previdência era de R\$20.184.040,14 (vinte milhões, cento e oitenta e quatro mil, quarenta reais e quatorze centavos).

2.5 - Comparativo da Despesa dos Três Últimos Exercícios

DESPESAS	2019	2020	2021
DESPESAS CORRENTES	1.659.948,59	1.361.630,29	1.621.032,38
PESSOAL E ENCARGOS	1.513.854,04	1.203.849,92	1.455.452,22
Aposentadorias	749.891,38	1.022.225,33	1.249.238,85
Pensões	29.618,42	80.146,54	107.328,59
Outros Benefícios	466.109,77	0,0	0,00
Salário Família	0,00	0,0	0,00
Vencimentos e Vantagens Fixas	84.329,65	85.013,60	85.924,92
Obrigações Patronais	11.244,04	11.466,32	12.673,53
Indenizações e Restituições trabalhistas	172.660,78	1.433,75	0,00
Sentenças Judiciais	0,00	0,00	0,00
Despesas de Exercícios Anteriores	2.797,58	3.564,38	0,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	143.296,97	157.780,37	158.893,09
Diárias Civil	3.720,00	1.400,00	1.820,00
Material de Consumo	0,00	1.236,06	0,00
Passagens e Despesas com Locomoção	0,00	0,00	0,00
Serviços de Consultoria	56.400,00	64.400,00	68.400,00
Outros Serviços de Pessoa Física	0,00	0,00	0,00
Outros Serviços Pessoa Jurídica	83.176,97	78.244,31	89.673,09
Indenizações e Restituições	0,00	0,0	0,00
DESPESAS DE CAPITAL	0,00	12.500,00	5.687,07
Obras e Instalações	0,00	0,00	0,00
Equipamentos e Material permanente	0,00	12.500,00	5.687,07
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	0,00	0,00	0,00
Reserva de Contingência	0,00	0,00	0,00
TOTAL	R\$1.659.948,59	R\$ 1.361.630,29	1.621.032,38



As despesas previdenciárias com aposentadorias e pensões passaram de R\$ 1.102.371,87 (um milhão, cento e dois mil, trezentos e setenta e um reais e oitenta e sete centavos) em 2020, para R\$1.356.567,44 (um milhão, trezentos e cinquenta e seis mil, quinhentos e sessenta e sete reais e quarenta e quatro centavos) em 2021, sendo R\$ 1.249.238,85 (um milhão, duzentos e quarenta e nove mil, duzentos e trinta e oito reais e oitenta e cinco centavos) referente a pagamento de aposentadorias e R\$ 107.328,59 (cento e sete mil, trezentos e vinte e oito reais e cinquenta e nove centavos) referente a pensões, representando assim um aumento de aproximadamente 23.10% em relação ao ano de 2020.

2.6. Movimentação dos Restos a Pagar do Exercício

Restos a pagar do exercício	R\$	2.321,94
Saldo do Exercício Anterior	R\$	1.363,32
(+) Inscrição	R\$	1.363,32
(-) Pagamento	R\$	0,00
(-) Cancelamento	R\$	00,0
(=) Saldo para o Exercício Seguinte	R\$	3.685,26

A movimentação dos Restos a pagar acima representam as informações constantes no Anexo 17 – Demonstrativo da Dívida Flutuante constante em 31/12/2021 passadas para o ano de 2022.

3. DO BALANÇO PATRIMONIAL:

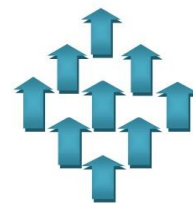
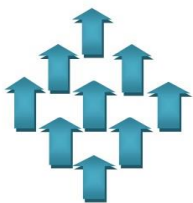
O Balanço Patrimonial deve expressar qualitativa e quantitativamente o Patrimônio da Entidade, demonstrando a situação dos bens e obrigações.

SITUAÇÃO PATRIMÔNIO FINANCEIRO DO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DE GOVERNADOR JORGE TEIXEIRA	
Ativo Circulante	
(Caixa e Equivalentes de Caixa)	R\$20.408.557,62
(-) Passivo Circulante	
(Restos a Pagar, Depósitos, Convênios e Diversos)	R\$3.685,26
(=) Situação Financeira Líquida	R\$20.404.872,36

Acima temos o quadro que evidencia a situação do patrimônio financeiro do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos Municipais de Governador Jorge Teixeira, que apresenta no período um saldo positivo.

Ao fazer uma análise do ativo e do passivo permanente do GJTPREVI, verificamos que a situação se apresenta de forma deficitária, uma vez que detectamos os dados que seguem:

SITUAÇÃO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DE GOVERNADOR JORGE TEIXEIRA	
Ativo	
(Dívida Ativa, Imobilizado, e Demais Créditos Longo Prazo)	R\$22.881.906,83
(Obrigações Trabalhistas, Fornecedores Longo Prazo e Provisões Previdenciárias)	
(=) Situação Financeira Líquida	R\$(-22.706.170,10)



3.1. Da Dívida Fundada

O Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos Municipais de Governador Jorge Teixeira – GJTPREVI, não possui dívida fundada.

3.2. Da Dívida Flutuante

A Dívida Flutuante, que compreende as obrigações decorrentes de restituições, depósitos, serviços da dívida a pagar, restos a pagar e outras dívidas de curto prazo, bem como as operações de créditos por antecipação da receita, apresenta-se da seguinte forma:

Saldo o exercício	R\$	2.321,94
Saldo do Exercício Anterior	R\$	1.363,32
(+) Formação da Dívida	R\$	3.685,26
(-) Pagamento	R\$	0,00
(-) Cancelamento	R\$	0,00
(=) Saldo para o Exercício Seguinte	R\$	3.685,26

Os valores inscritos em restos a pagar referem-se às despesas administrativas deste Instituto de Previdência Social, estando com disponibilidade.

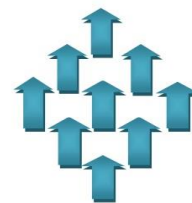
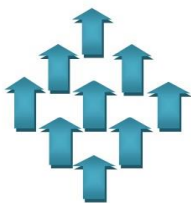
4. TERMOS DE PARCELAMENTOS DE DÉBITOS PREVIDENCIÁRIOS:

Item	Nº Termo CADPREV	Período	Rubrica Lei	Valor Termo	Valor Aprox. mensal	Nº Parc. Pagas	Parcelas Atrasadas
01	01096/17	10/2016 a 11/2016	Patronal Lei 847/16	R\$ 190.596,32	R\$ 3.970,76	34/48	14
02	01420/18	07/2017 a 02/2018	Patronal Lei 938/18	R\$ 991.937,27	R\$ 30.998,04	32/32	Encerrado
03	01421/18 (Reparcelamento)	11/2015 a 09/2016	Patronal Lei 937/18	R\$ 1.341.972,75	R\$ 6.709,86	37/200	00
04	00900/2019	12/2016 a 12/2016	Patronal Lei 937/18	R\$ 246.943,19	R\$2.057,86	25/120	00

Temos quatro termos relacionados, três são parcelamento e um reparcimento (Leis 847/2016 e 937/2018), conforme demonstra o quadro acima, o valor dos repasses constante dos Termos são de R\$1.779.512,26 (um milhão, setecentos e setenta e nove mil, quinhentos e doze reais e vinte e seis centavos). Os valores dos repasses referente a quitação das parcelas foi de R\$ 616.467,80 (seiscentos e dezesseis mil, quatrocentos e sessenta e sete reais e oitenta centavos).

5. DÉBITOS PREVIDENCIÁRIOS EM 31/12/2021, NÃO INSERIDOS EM PARCELAMENTOS:

Conforme apurado ao longo do exercício de 2021, ficou constatado que existia apenas débitos previdenciários, referente ao atraso no pagamento das parcelas do Termo nº 1069/2017, que foram retomados no decorrer do exercício de 2020, e que foram cumpridos no exercício de 2021.



6. AVALIAÇÕES ATUARIAIS:

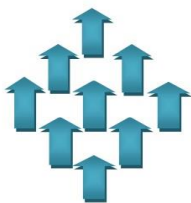
O Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos Municipais de Governador Jorge Teixeira - GJTPREVI, considerando a necessidade de transparência, segurança, confiabilidade, solvência e liquidez dos RPPS e em atendimento as exigências contidas nas emendas Constitucionais nº 20/98, 41/05, bem como a Lei Complementar nº101/00 e Portaria MPAS nº403/2008, Lei 9.717/98 e legislação municipal vigente, realiza de forma anual a Avaliação Atuarial com o objetivo de dimensionar os custos quanto ao horizonte de longo prazo, em sintonia com a sustentabilidade do Regime.

A fim de garantir o equilíbrio financeiro e atuarial, são realizados estudos técnicos, por atuários, baseado nas características biométricas, demográficas e econômicas dos segurados do regime, com o objetivo principal de estabelecer, de forma suficiente e adequada, os recursos necessários para a garantia dos pagamentos dos benefícios previstos, atingindo uma equivalência entre o valor da contribuição do segurado e o benefício que ele receberá. A ausência desse caráter contributivo é um dos fatores que leva um plano previdenciário ao desequilíbrio e consequente incapacidade de cumprir suas obrigações com os seus segurados.

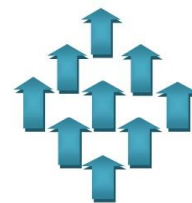
Cumprindo o disposto na Portaria MPS nº 403/2008, que dispõe sobre as normas aplicáveis às avaliações e reavaliações atuariais dos Regimes Próprios de Previdência Social, inclusive a obrigatoriedade de apresentação anual da reavaliação ao MPS, realizamos estes estudos a fim de amenizar o Déficit Atuarial, adequando às alíquotas contributivas do custo normal e suplementar.

6.1. Demonstrativos Das Três Últimas Avaliações Atuariais

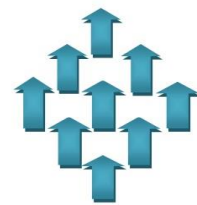
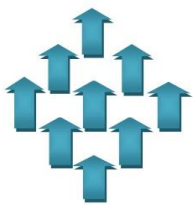
Descrição	2022	2021	2020
BASE NORMATIVA			
PLANO DE CUSTEIO VIGENTE			
Contribuição Normal - Ente Federativo	14,00%	12,00%	12,00%
BASE CADASTRAL			
ESTATÍSTICA DA POPULAÇÃO COBERTA	397	389	391
Quantidade de Segurados Ativos	339	338	352
Quantidade de Aposentados	50	45	36
Quantidade de Pensionistas	08	06	03
Média da Base de Cálculo dos Segurados Ativos	2.076,55	1.955,61	1.863,13
Média da Base de Cálculo dos Aposentados	2.053,03	2.018,72	1.942,65
Média da Base de Cálculo dos Pensionistas	1.094,04	1.010,33	759,45
Idade Média dos Segurados Ativos	45	45	46



GJTPREVI
INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS
MUNICIPAIS DE GOVERNADOR JORGE TEIXEIRA
CNPJ 13.363.520/0001-00



Idade Média dos Aposentados	61	62	61
Idade Média dos Pensionistas	48	49	14
Idade Média Projetada para Aposentadoria	59	59	59
BASE TÉCNICA			
REGIMES E MÉTODOS DE FINANCIAMENTO			
Método de Financiamento Adotado	PUC	PUC	PUC
RESULTADOS			
VALORES DOS COMPROMISSOS			
<i>Ativos Garantidores dos Compromissos do Plano de Benefícios</i>	22.390.570,02	20.985.333,45	18.977.035,15
Valor Atual dos Benefícios Futuros - Benefícios Concedidos	18.155.179,97	14.857.165,37	10.912.396,67
Valor Atual das Contribuições Futuras - Benefícios Concedidos	0,00	0,00	0,00
<i>Reserva Matemática dos Benefícios Concedidos</i>	18.155.179,97	14.857.165,37	10.912.396,67
Valor Atual dos Benefícios Futuros - Benefícios a Conceder	70.298.783,56	58.449.265,54	55.579.632,61
Valor Atual das Contribuições Futuras - Benefícios a Conceder	22.509.438,16	22.087.636,58	27.226.264,61
<i>Reserva Matemática dos Benefícios a Conceder</i>	47.789.345,40	36.361.628,96	28.535.368,00
Valor Atual da Compensação Financeira a Receber	6.191.777,45	5.864.514,47	5.984.282,64
Valor Atual da Compensação Financeira a Pagar	246.045,74	233.797,06	0,00
Resultado Atuarial	37.608.223,65	24.602.743,47	14.304.446,89
CUSTO NORMAL			
CUSTO ANUAL PREVISTO (% SOBRE BASE DE CONTRIBUIÇÃO)			
Benefícios em Regime de Capitalização (%)	21,99%	17,78%	21,29%
Benefícios em Regime de Repartição de Capitais de Cobertura (%)	5,15%	8,22%	4,71%
Benefícios em Regime de Repartição de Simples (%)	0,00%	0,00%	0,00%
ALÍQUOTAS DE CUSTEIO NORMAL DEFINIDAS			
Ente Federativo - Contribuição Normal	13,14%	12,00%	12,00%
Taxa de Administração	4,32%	2,00%	2,00%



No Contrato da Empresa Especializada em assessoramento previdenciário Processo Administrativo nº 181-2/2017, está contemplado o estudo para o ano de 2022 com base nas informações de 2021. No entanto com a Emenda Constitucional nº 103/2019, que promoveu a Reforma da Previdência, majorou as alíquotas de contribuição previdenciária do servidor público, o que implica na realização de novos estudos para o equacionamento do déficit atuarial, aliado ao prazo dado pela Secretaria Especial de Previdência e Trabalho, através da Portaria nº 1.348/2019, até 31/07/2020 para a comprovação das adequações na legislação Municipal às novas regras constitucionais, bem como a Portaria nº 464/2018, do então Ministério da Fazenda, pontuando uma série a alterações nas Reavaliações Atuariais do RPPS a partir de 2020. Desta forma, prezando para que o estudo reflita nossa mais pura realidade, um instituto deficitário ainda que adversa aos nossos intentos; O estudo demanda de mais tempo para que sejam adotadas as medidas que atendam o contido nas Portarias. O Instituto no mês de janeiro/2020 enviou ao executivo modelo de Projeto de Lei Complementar Municipal, objetivando as adequações contidas no Artigo 11 e 9º, §§ 2º, 3º e 4º, o mesmo só foi enviado ao Poder Legislativo no mês de junho do mesmo ano, que foi rejeitado pela maioria dos Pares da Casa de Leis, conforme já informado ao TCE-RO através do Ofício nº 091/GJTPREVI/2020, de 02 de outubro de 2020. No que se refere ao Artigo 9º, §§ 2º e 3º, por orientação da Controladoria Geral do Município, foram implementadas no mês de janeiro/2020.

Apesar de todos os esforços do Instituto, somente no final do exercício de 2021, mais precisamente em 15 de dezembro de 2021 foi aprovada e publicada a Lei Municipal Complementar nº 021/2021, de fato regulamentado no âmbito municipal os dispositivos dos Artigos 11 e 9º § 4º da EC nº 103/2019.

Foi aprovada também a Lei Municipal Complementar nº 023/2021, publicada no Diários dos Municípios de Rondônia em dezembro de 2021, regulamentando os dispositivos a Portaria MPS nº 402/2008 e Portaria MPS nº 19.451/2021.

6.2. Reservas Matemáticas

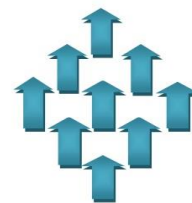
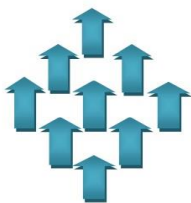
As reservas matemáticas são formadas a partir da contribuição dos servidores mais a contribuição da Patrocinadora (ente/empregador), acrescidas das rentabilidades mensais. Ela será utilizada para o pagamento dos benefícios previdenciários descritos na lei do RPPS, sendo de cunho obrigatório aposentadorias e pensões.

O cálculo da reserva matemática é feito atuarialmente, ou seja, através de um método matemático que utiliza conceitos financeiros, econômicos e de probabilidade para dimensionar o montante de recursos e de contribuições necessárias para o pagamento de benefícios futuros dos servidores.

As reservas matemáticas são divididas em:

Provisão matemática de benefícios concedidos: corresponde ao valor presente dos encargos (compromissos) com um determinado benefício já concedido, líquidos das contribuições futuras e aportes futuros, ambos também a valor presente.

Provisão matemática de benefícios a conceder: corresponde ao valor presente dos encargos (compromissos) com um determinado benefício não concedido, líquidos das contribuições futuras e aportes futuros, ambos também a valor presente.



Por ser calculado atuarialmente, o valor da reserva matemática pode sofrer variações em razão de mudanças na composição familiar do servidor, na idade, na remuneração, aumento na quantidade de servidores, aposentados e pensionistas dentre outras, conforme podemos observar na tabela a seguir:

Descrição	2022	2021	2020
ESTATÍSTICA DA POPULAÇÃO COBERTA	397	389	391
Quantidade de Segurados Ativos	339	338	352
Quantidade de Aposentados	50	45	36
Quantidade de Pensionistas	08	06	03
Média da Base de Cálculo dos Segurados Ativos	2.076,55	1.955,61	1.863,13
Média da Base de Cálculo dos Aposentados	2.053,03	2.018,72	1.942,65
Média da Base de Cálculo dos Pensionistas	1.094,04	1.010,33	759,45
Idade Média dos Segurados Ativos	45	45	46
Idade Média dos Aposentados	61	62	61
Idade Média dos Pensionistas	48	49	14
Idade Média Projetada para Aposentadoria	59	59	59
RESERVA MATEMÁTICA	70.298.783,56	58.449.265,54	55.579.632,61
<i>Provisão Matemática dos Benefícios Concedidos</i>	<i>22.509.438,16</i>	<i>22.087.636,58</i>	<i>27.226.264,61</i>
<i>Provisão Matemática dos Benefícios a Conceder</i>	<i>47.789.345,40</i>	<i>36.361.628,96</i>	<i>28.535.368,00</i>

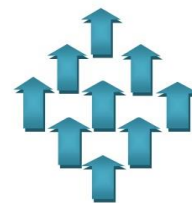
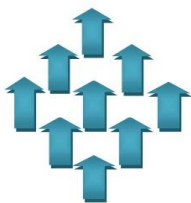
6.3. Demonstrativos das Alíquotas

Ano	Custo Normal	Custo Suplementar	Custo Servidor	Lei de Aprovação
2020	12,00	7,16	11	015/2016
2021	12,00	7,76	11	015/2016
2022	14,00	10,45	14,0	021/2021

6.4. Eventuais Insuficiências Financeiras

O resultado atuarial é apurado por meio do confronto entre o somatório dos ativos garantidores dos compromissos do plano de benefícios com os valores atuais do fluxo de contribuições futuras, do fluxo dos valores líquidos da compensação financeira a receber, menos o somatório dos valores atuais dos fluxos futuros de pagamento dos benefícios do plano de benefícios. Como podemos observar a seguir: o RPPS tem apresentando resultado deficitário ao longo dos anos.

Descrição	2022	2021	2020
Resultado Atuarial	37.608.223,65	24.602.743,47	14.304.446,89



Estas insuficiências financeiras estão sendo sanadas através de pagamentos adicionais (Custo Suplementar) que são aprovados em Lei Municipal, após a realização do estudo atuarial com um plano de custeio baseado em legislação vigente, com revisões anuais.

7. DEMONSTRATIVOS DAS CONCESSÕES DE BENEFÍCIOS:

Quantitativo da massa segurada x benefícios concedidos no decorrer dos exercícios.

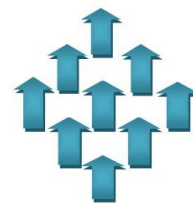
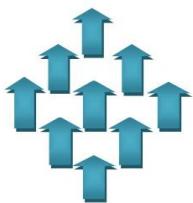
Tipo de Benefício	2019	2020	2021	Nº de Benefícios em 31-12-2021
Aposentadoria Por Idade	01	01	01	00
Aposentadoria Por Idade E Tempo de Contribuição	04	03	01	36
Aposentadoria Por Invalidez	05	05	04	14
Pensão Por Morte	00	01	02	06
Total de Benefícios Concedidos no Ano	10	10	08	56
% De Aumento De Benefícios Concedidos Em Relação Ao Ano Anterior	34,50%	25,70%	14,20%	
Nº Servidores Cobertos	391	338	339	
Nº De Benefícios No Terminio Do Exercício	39	49	56	
% De Benefícios em Relação a Massa Segurada.	10,00%	12,00%	16,50%	

7.1 – DEMONSTRATIVO DA EVOLUÇÃO DAS APOSENTADORIAS E PENSÕES

O ano de 2020 o Instituto fechou com 39 (trinta e nove) beneficiários. No ano de 2020, foi concedido 10 (dez) novos benefícios, passando para 49 (quarenta e nove) e em 2021 o número foi para 56 (quarenta e nove) com a concessão de 8 (oito) novos beneficiários, sendo 50 (cinquenta) aposentadorias e 6 (seis) pensões por morte. Vale lembrar que em 2021 houve também o cancelamento de 01 (um) benefício por morte do segurado.

TIPOLOGIA	2019	2020	2021
Aposentadorias	36	45	50
Pensões	3	4	06
Cancelamentos	01 (pensão)	01 (pensão)	01 (Aposentadoria)
Total de Benefícios 31/12/2021	39	49	56

O número de servidores em atividade em relação a massa segurada manteve-se em equilíbrio. Em 2020 para cada benefício pago tínhamos 6,90 servidores em atividades. Em 2021, apesar dos benefícios concedidos e alguns servidores que estavam desligados por afastamento retornaram à atividade, o que fez com esse número permanecesse estável.



Conforme os dados apresentados, fica evidente que os RPPS devem buscar o equacionamento e não entrarem em colapso financeiro em curto espaço de tempo, considerando a quantidade de servidores que estão próximo ao benefício de aposentadoria.

8. DESPESAS ADMINISTRATIVAS:

Conforme normas estabelecidas pelo Ministério da Previdência Social e também emanadas em nossa Legislação Municipal, Lei Complementar nº 015/2016, Art. 63, § 2º relata que o limite de gastos administrativos do GJTPREVI será de 2% (dois por cento) sobre o valor total das remunerações, proventos e pensões dos segurados vinculados a este regime próprio, relativo ao exercício financeiro anterior e um aporte financeiro de 1,80% (um virgula oitenta por cento) conforme o § 3º, posteriormente alterado para um valor fixo de R\$5.000,00 (cinco mil reais), conforme a Lei Municipal nº 1026/2019.

8.1. Demonstrativo dos 03(três) Últimos Exercícios

Despesas Administrativas	Valor Estimado (2%)	Aporte Finan. (Orçamento)	Aporte Financ. Repassado	Total (2% + Aporte)	Valor Realizado	Percentual gasto
2019	R\$ 182.606,76	164.346,12	129.564,08	312.170,84	R\$ 241.668,24	77,00%
2020	R\$ 189.544,80	170.590,32	74.964,89	264.509,69	R\$ 257.824,67	97,00%
2021	190.544,80	60.000,00	60.000,00	250.544,80	R\$262.143,00	104,70%

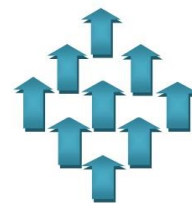
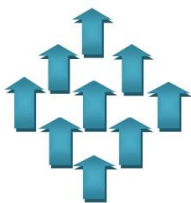
Buscamos manter os gastos dentro dos limites, conforme estabelece o Ministério da Previdência e normatizado pela Lei Municipal Complementar nº 015/2016 e alteração dadas pelas Lei Municipal nº 1026/2019 e Lei Municipal Complementar nº 020/2020.

O orçamento fixado para manutenção das atividades administrativas do Instituto de Previdência no exercício 2021 foi de R\$ 333.000,00 (trezentos e trinta e três mil reais), após levantamento das bases de informações considerando as remunerações, proventos e pensões dos segurados vinculados ao RPPS do exercício anterior, ficou constatado que o valor permitido a ser considerado (2%) é de R\$ 190.944,86 (cento e noventa mil, novecentos e quarenta e quatro reais e oitenta centavos). O Aporte conforme apuração ficou em R\$60.000,00 (sessenta mil reais), conforme dispositivo n Lei Municipal Complementar nº 020/2020.

Ao findar o exercício, as despesas para manutenção das atividades Administrativas do GJTPREVI, empenhadas foram de R\$ 264.464,94 (duzentos e sessenta e quatro mil, quatrocentos e sessenta e quatro reais e noventa e quatro centavos), ficando em restos a pagar do exercício o valor e R\$2.321,94 (dois mil, trezentos e vinte e um reais e noventa e quatro centavos).

Os recursos financeiros disponibilizados para as despesas administrativas são utilizados para pagamento de salários, encargos dos servidores do RPPS, fornecedores e prestadores de serviços.

Os processos de aposentadorias e pensões em média são concedidos em até 30(trinta) dias após dar entrada e estarem instruídos. Não foram registrados nos últimos anos atrasos nas entregas dos relatórios da Controladoria. As prestações de contas estão sendo feitas de forma tempestiva com a cooperação dos colaboradores, atendemos as demandas que



necessitam de entendimento minimizando a espera do interessado com maior presteza na emissão de pareceres, análise processual, entres outros processos referentes às competências deste RPPS.

Vale frisar que de conformidade com a nossa Legislação, o Instituto pode constituir reservas com os saldos de exercícios anteriores, artigo 63, § 4º da Lei Municipal Complementar nº 015/2016.

9. PROCESSOS ADMINISTRATIVOS DO GJTPREVI:

Os processos administrativos do GJTPREVI - Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos Municipais de Governador Jorge Teixeira, referente às contratações de serviços ou aquisição de produtos, estes são encaminhados ao Departamento de Licitações da Prefeitura que possui servidores capacitados para conduzir os certames da melhor forma e em conformidade com a Legislação. Esta demanda se faz necessária por não termos em nosso quadro funcional servidores para desempenho de tais funções.

De conformidade com a Lei nº 8.666 as aquisições realizadas no exercício de 2021 se deu por meio de Dispensa Eletrônica.

TABELA DEMONSTRATIVA DE PROCESSOS

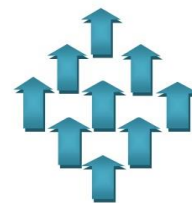
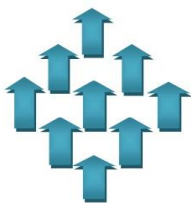
DESCRIPTIVO/MODALIDADE	2019	2020	2021
Dispensa	01	00	02
Inexigibilidade	00	01	01
Pregão	01	02	00
TOTAL	02	03	03

Lista de Processos Licitatórios 2019

Nº Processo	Nº Licitação	Modalidade	Descrição do Objeto
532-2/19	015/19	Pregão Eletrônico	Locação de Software de Gestão Administrativa, Financeira, Folha de Pagamento, Patrimônio e Almoxarifado.
129-1/19	002/19	Dispensa	Contratação de Empresa Especializada na realização de serviços médicos periciais.

Lista de Processos Licitatórios 2020

Nº Processo	Nº Licitação	Modalidade	Descrição do Objeto
594-1/19	008/2020	Pregão Eletrônico	Contratação de Empresa especializada em Assessoria Financeira e de Investimentos.
300-1/20	005/2020	Inexigibilidade	Contratação de Empresa para Prestação de Serviços de Telecomunicação (conta Telefônicas 2020).
780-1/19	013/2020	Pregão Eletrônico	Contratação de Empresa Especializada para Licenciamento de Solução de Tecnologia da Informação (Site Oficial).



Lista de Processos Licitatórios 2021			
Nº Processo	Nº Licitação	Modalidade	Descrição do Objeto
306-1/20	015/2020	Dispensa Eletrônica	Aquisição de Materiais Permanentes (cadeiras e mesas para escritório)
300-1/20	005/2020	Inexigibilidade	Contratação de Empresa para Prestação de Serviços de Telecomunicação (conta Telefônicas 2021).
503-1/20	022/2020	Dispensa Eletrônica	Aquisição de Materiais Permanente (mesas para escritório)

Em 2021, foram realizados Aditivos no Processo de Consultoria Previdenciária sob nº 181-2/2017 no valor mensal de R\$ 4.700,00 (quatro mil e setecentos reais), publicado na AROM em 06/05/2020, processo de Locação de Software e Sistemas Informatizados sob nº 532-2/2019 no valor de R\$ 3.883,00 (três mil e oitocentos e oitenta e três reais) mês publicado em 06/07/2020, ambos licitados na modalidade de Pregão Eletrônico. Foram realizados aditamentos de prorrogação de prazo no Processo 129-1/2019, este que possui como objeto a Contratação de empresa capacitada para avaliação médica pericial, com emissão de laudos para concessão de benefícios previdenciários, publicados na AROM em 06/03/2020, 07/07/2020 e 21/10/2020.

Houve Aditamento de Prazo do Contrato nº 002/2020 constante do Processo Administrativo nº 780-1/2019, publicado no Diário dos Municípios em 28/05/2021 com valor mensal de R\$2.500,00 (dois mil e quinhentos reais), por fim teve o Aditamento de Prazo também do Contrato nº 001/2020, conforme publicado em 14/04/2021, com valor mensal de R\$1.000,00 (um mil reais)

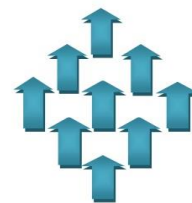
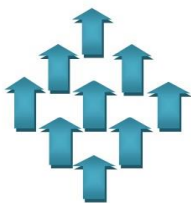
A opção por realizar os aditamentos dá-se pela boa qualidade dos serviços prestados e ao preço praticado. Ressaltamos que os serviços são prestados por profissionais extremamente capacitados e que atendem as necessidades do Instituto. Para realização do aditamento, submetemos os processos à análise jurídica não havendo impedimento, realizamos o aditivo.

10. PROCESSOS DE COMPENSAÇÃO PREVIDENCIÁRIA:

O COMPREV tem por objetivo operacionalizar a Compensação Previdenciária entre o RGPS e os RPPS, nos casos de contagem recíproca de tempo de contribuição para efeito de aposentadorias e pensões.

Ano	Requeridos	Aprovados	Situação
2019	Não consta Registro		
2020	Não consta Registro		
2021	Não consta Registro		

O Instituto está em vias de cadastramentos junto ao sistema Previdenciário Federal, para formulação e assinaturas do ACP – Acordo de Cooperação Previdenciário. Para o



ressarcimento de valores devidos ao GJTPREVI pelo RGPS, solicitamos a abertura da Conta específica – COMPENSAÇÃO PREVIDENCIÁRIA na Agência 8293-7 e conta 5640-5 do Banco do Brasil. Já fizemos o termo e Adesão, faltando apenas finalizar os procedimentos para assinatura do Contrato.

11. CRP – CERTIFICADO DE REGULARIDADE PREVIDENCIÁRIA

Desde o ano de 2015, a CRP deste município só é emitida judicialmente. Em 2020 a CRP possuía validade de 01/09/2019 a 28/02/2020, tendo sido renovada de forma automática com validade até 26/08/2020 e, de forma contínua renovada a partir de 28/08/2020 até 08/08/2022.

12. DEMONSTRATIVOS FINANCEIROS DE INVESTIMENTOS:

Os Recursos Financeiros do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos Municipais de Governador Jorge Teixeira - GJTPREVI, encontram-se aplicados em duas Instituições Financeiras sendo Caixa Econômica Federal e Banco do Brasil, com aplicações em renda fixa.

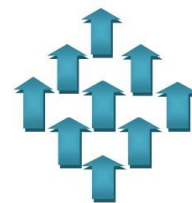
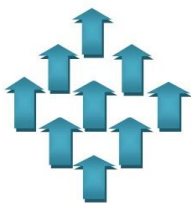
Instituição Financeira	2019	2020	2021
Caixa Economica	R\$ 4.990.227,44	R\$5.204.458,86	R\$5.320.929,43
Banco do Brasil	R\$ 9.680.732,59	R\$12.446.871,56	R\$14.193.965,54
BB. (FIDC e TOWERS)	R\$1.086.806,52	R\$487.639,95	R\$425.238,78
Total	R\$ 15.757.766,55	R\$18.138.970,37	R\$19.940.133,75
% de aumento do capital em relação ao ano anterior	20,00	13,00	9,93

Os investimentos na carteira das aplicações financeiras no exercício de 2021, foram realizados com avaliação de segurança e liquidez, visando manter o equilíbrio financeiro da Previdência e dentro dos critérios da Resolução do Conselho Monetário nº 3.922/2010, alterada pela da Resolução do Conselho Monetário CMN 4.695/2018. Vivenciando o momento pandêmico, e não mais vislumbrando um mercado financeiro promissor, o Gestor do RPPS junto com o Comitê de Investimentos, orientados pela assessoria financeira e de investimentos, buscou produtos que para o momento visasse a manutenção e preservação dos ativos adquiridos.

O Exercício de 2021 foi encerrado com o total das aplicações financeiras de R\$19.940.133,75 (dezenove Milhões, novecentos e quarenta mil, cento e trinta e três reais e setenta e cinco centavos), conforme demonstram as carteiras.

Fundos de Investimento em Renda Fixa

- **86,72%** em Fundos de Investimentos Referenciado 100% em Títulos Públicos Federais; **(permitido ao RPPS aplicar até 100% do patrimônio líquido, conforme o art. 7, inciso I, alínea b, da então Resolução CMN nº 3.922/10, alterada pela Resolução CMN nº 4.604/2017)** representando um total aplicado de **R\$17.292.815,13**, conforme os fundos de investimentos relacionados abaixo:



Fundos de Investimentos	Valor Aplicado	(%) RPPS	Limite Legal
CAIXA BRASIL IMA-GERAL TP FI RENDA FIXA LP	1.348.320,31	6,76%	100%
CAIXA FI BRASIL IRF - M 1 TP FI RENDA FIXA	3.237.242,18	16,26%	100%
BB PREVIDENCIÁRIO IDKA 2 TP FI RENDA FIXA	3.122.227,12	15,66%	100%
BB PREVIDENCIÁRIO IMA-B 5+ TP FI RF	3.262.997,25	16,36%	100%
BB PREVID RF IMAB 5	1.541.321,58	7,73%	100%
BB PREVIDENCIÁRIO IMA GERAL EX-C TP FI RF	894.593,64	4,49%	100%
BB PREVIDENCIÁRIO IRF-M 1 TP FIC RENDA FIXA	2.888.916,24	14,49%	100%
BB PREVIDENCIÁRIO IRF-M TP FI RENDA FIXA	997.196,81	5,00%	100%

- **12,63%** em Fundos de Renda Fixa ou Fundos em indicadores de Renda Fixa; **(permitido ao RPPS aplicar até 40% do patrimônio líquido nesse segmento e 20% por cada fundo de investimento do patrimônio líquido, conforme o art. 7, inciso IV, alínea a, da antiga Resolução CMN nº 3.922/10, alterada pela Resolução CMN nº 4.604/2017)** representando um total aplicado de **R\$ 2.516.294,91**, conforme os fundos de investimentos relacionados abaixo:

Fundos de Investimentos	Valor Aplicado	(%) RPPS	Limite Legal
BB FLUXO FIC RENDA FIXA PREVIDENCIÁRIO	1.486.712,90	7,46%	40%
CAIXA BRASIL FI REFERENCIADO DI LP	727.244,04	3,65%	40%
CAIXA FIC PRATICO RENDA FIXA CURTO	8.122,90	0,04%	40%
TOWER II RF IMA-B 5	136.743,08	0,69%	40%
TOWER RF FI IMA-B 5	157.471,99	0,79%	40%

Fundos de Investimento em Renda Fixa

- **0,66%** em Fundos Multimercados, sem Alavancagem; **(permitido ao RPPS aplicar até 10% do patrimônio líquido, conforme o art. 8, inciso III, da Resolução CMN nº 3.922/10, alterada pela Resolução CMN nº 4.604/2017)** representando um total aplicado de **R\$ 131.023,71**, conforme os fundos de investimentos relacionados abaixo:

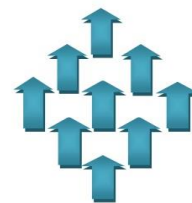
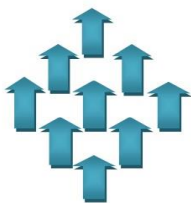
Fundos de Investimentos	Valor Aplicado	(%) RPPS	Limite Legal
LEME IPCA FIDC MULTISSETORIAL SÊNIOR	131.023,71	0,66%	10%

Variação dos Investimentos

Com relação ao exercício anterior, houve um crescimento de **9,0%**, equivalente a **R\$ 1.946.661,71**, sendo **R\$ 96.180,61** referente à rentabilidade alcançada no exercício e **R\$ 1.850.481,10** referente ao saldo das contribuições previdenciárias e parcelamentos recebidos, podendo ser visualizado no demonstrativo dos investimentos, peça integrante do Balanço.

12.1 - INVESTIMENTO EM IMOBILIZADO:

A carteira de imobilizado tem registrado o valor total de **R\$ 23.342,13** (vinte e três mil, trezentos e quarenta e dois reais e treze centavos) como demonstramos no quadro a seguir:



Imobilizado	Valor R\$ (2.020)	Aquisição (2.021)	Baixa (2.020) (Depreciação)	Valor R\$ (2.021)	% aumento no exercício
1 - Bens Móveis:	18.955,06	4.387,07	4.021,94	23.342,13	23.4%
Móveis: Utensílios e equipamentos.	18.955,06	4.387,07	4.021,94	23.342,13	23.4%
Total Geral (1+2+3)	18.955,06	4.387,07	4.021,94	23.342,13	100%

13. RELAÇÃO DAS CONTAS:

13.1. Contas Investimentos

Instituição Financeira	Agencia/Conta	Conta	Saldo 31/12/21
Caixa Econômica	2976-9	142-4	R\$5.312.806,53
Caixa Econômica	2976-9	143-2	R\$8.122,90
Banco do Brasil	8293-7	5091-1	R\$14.193.965,54
BB (fundos: FIDC e TOWER	8293-7	5091-1	R\$425.238,78
TOTAL			R\$19.940.133,75

13.2. Contas Correntes

Instituição Financeira	Agencia/Conta	Descrição	Saldo 31/12/2021
Banco do Brasil	8293-7- 6393-2	Despesas administrativas	R\$ 243.288,82
Banco do Brasil	8293-7- 5091-1	Pagamento de Benefícios	R\$ 0,00
Caixa Econômica	2976-9 – 143-2	Pagamento de Benefícios	R\$0,00
Banco Bradesco	0806 – 8075-6	Pagamento de Benefícios	R\$429,19
Total disponível em Conta Corrente			R\$ 243.718,01

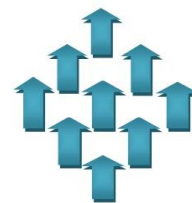
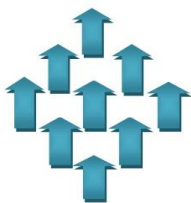
14 - BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS DE 2021:

No decorrer de 2021, o instituto de previdência concedeu 08 (oito) benefícios, sendo: 01 (uma) aposentadorias por idade, 01 (uma) por idade e tempo de contribuição, 04 (quatro) aposentadorias por Incapacidade Laborativa (invalidez) e 02 (dois) benefícios de pensão por morte.

NOME DO BENEFICIÁRIO	TIPO DE BENEFÍCIO
VERA LUCIA PEREIRA DOS SANTOS	APOSENTADORIA POR INVALIDEZ
CELENCINA MARIA DE FREITAS ROCHA	APOSENTADORIA POR IDADE
ADÉLIA APARECIDA DE SOUZA	PENSÃO POR MORTE
PAULO ROGÉRIO DA ROCHA	PENSÃO POR MORTE
SILVANIA RORIGUES PINTO OS SANTOS	APOSENTADORIA POR IDADE/TEMPO
CELMA MOTA DA SILVA PONTES	APOSENTADORIA POR INVALIDEZ
MARIA DE LOURDES DE OLIVEIRA	APOSENTADORIA POR INVALIDEZ
IVALDO MARTINS ALVES	APOSENTADORIA POR INVALIDEZ

15. METAS ALCANÇADAS:

O Instituto de Previdência Social dos servidores Públicos Municipais de Governador Jorge Teixeira - GJTPREVI, tem, no decorrer dos anos buscado inserir todo servidor ativo, aposentado e pensionista dentro do contexto previdenciário. Para que isso ocorra, realizamos ações que envolvam a coletividade e divulgamos as atividades de modo que o servidor possa ter acesso.



Descrição	2019	2020	2021
Reuniões com segurados na assembléias sindicais para levar informações sobre a gestão previdenciária.	x		x
Reunião Mensais com Conselhos	x	x	x
Reunião Mensal com Comitê de Investimento	x	x	x
Concessão de Benefícios de Aposentadorias e Pensões com tempo médio de 30(trinta) dias.	x	x	x
Credenciamento de instituições financeiras		X	x
Elaboração e aprovação do PAI (política anual de investimentos)	x	x	x
Recebimentos de Débitos Previdenciários do ENTE	x	x	x
Atigimento de Meta Atuarial	x	-	-
Cumprimento de mínimo 50% das ações Pro-Gestão	X	x	X
Portal da Transparência	X	x	x

A nossa legislação fixa normas para que o Presidente e Diretores possuam melhores condições para desempenho das funções. Esta normatização embasada na Lei Municipal Complementar Nº 015/2016, assegura que os gestores do RPPS sejam servidores do quadro efetivo e com formação mínima de nível médio.

Assegura as ações conjuntas do RPPS, conselheiros e Prefeita Municipal para firmar acordo com o Banco do Brasil possibilitando que o Instituto realize/solicite o resgate da conta do FPM- municipal para quitação mensal das parcelas referentes aos termos firmados em 2016, 2017 e 2018, tendo assim garantia de pagamento/recebimento de forma tempestiva.

Maior transparência nos atos do GJTPREVI com alimentação dos portais a fim de levar ao segurado as informações dos atos deste RPPS;

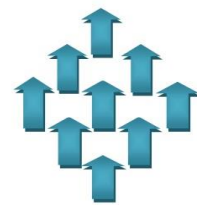
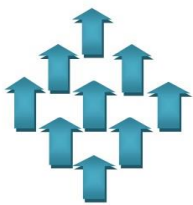
Diminuição das Inadimplências Financeiras por parte do ENTE, em razão dos reincidentes atrasos nos repasses previdenciários, meta esta alcançada com o apoio que o Instituto recebe do Conselho Administrativo que atua de forma fervorosa, com acompanhamento da gestão e controle dos repasses.

16. DETERMINAÇÕES E AUDITORIAS DO TCE:

No ano de 2021, atendemos aos apontamentos levantados pelas Auditorias do TCE, de forma diária dentro de nossas limitações tanto de pessoas quanto financeira trabalhamos realizar as adequações necessárias, buscando cumprir com todas as determinações.

16.1. TRANSPARÊNCIA E PUBLICIDADE:

Os princípios norteadores da administração pública nos direcionam para a necessidade de dar transparência aos atos de gestão. Assim, norteados pelos princípios fundamentais da administração pública e da publicidade, buscamos no decorrer de 2021 o aprimoramento dando publicidade de forma mais ampla aos atos deste RPPS, de forma a atender o Contido na Constituição Federal no seu artigo 5º, inciso XXXIII, quando estabelece que “todos têm o direito a receber dos órgãos públicos informações de seu interesse particular, ou de



interesse coletivo ou geral, que serão prestadas no prazo da lei, sob pena de responsabilidade, ressalvadas aquelas cujo sigilo seja imprescindível à segurança da sociedade e do Estado". Assim, este instituto de previdência através de seus gestores e colaboradores, dentro das possibilidades faz a publicação de seus atos dentro dos ditames legais em murais, portal da transparência e diário oficial dos Municípios.

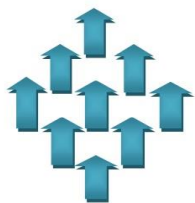
A publicidade é um instrumento necessário, importante e obrigatório para proporcionar ao cidadão o acesso a informação, direcionando os gestores a realizarem a adequada e transparente gestão da coisa pública exigida pela sociedade.

Nesse sentido a Lei 12.527/11 conhecida como Lei de Acesso à Informação (LAI) traz em seu bojo os procedimentos a serem adotados pela administração pública com a finalidade de garantir o acesso à informação prevista no inciso XXIII do art. 5º da Constituição.

O Município de Governador Jorge Teixeira regulamentou no Decreto Municipal nº 6.827 de 07 de julho de 2017 as diretrizes da Lei de Acesso à Informação e o Instituto de Previdência dos Servidores Públicos vem adotando melhores práticas e tecnologias pra fornecer ao cidadão facilidade e agilidade na obtenção da informação.

Os atos e informações institucionais são publicados periodicamente nos diversos meios de comunicação buscando atingir o maior número de pessoas perfazendo assim valer o princípio constitucional da publicidade, abrangendo, portanto, mural de publicações do GJTPREVI, da Câmara Municipal de Vereadores e da Prefeitura Municipal; Diário Oficial dos Municípios de Rondônia disponível em diariomunicipal.com.br/arom (figura 1), sítio institucional (figura 2) disponível em (www.gjtprevi.ro.gov.br), portal da transparência (figuras 3 e 4) disponível em gjtprevi.ro.gov.br/transparência e selecionando a entidade no topo da página e e-SIC, ilustrado na figura 5.

Figura 1 - Site diariomunicipal.com.br/arom



GJTPREVI
INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS
MUNICIPAIS DE GOVERNADOR JORGE TEIXEIRA
CNPJ 13.363.520/0001-00

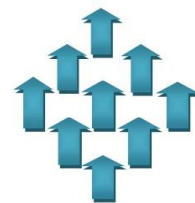


Figura 2 - Site do GJTPREVI

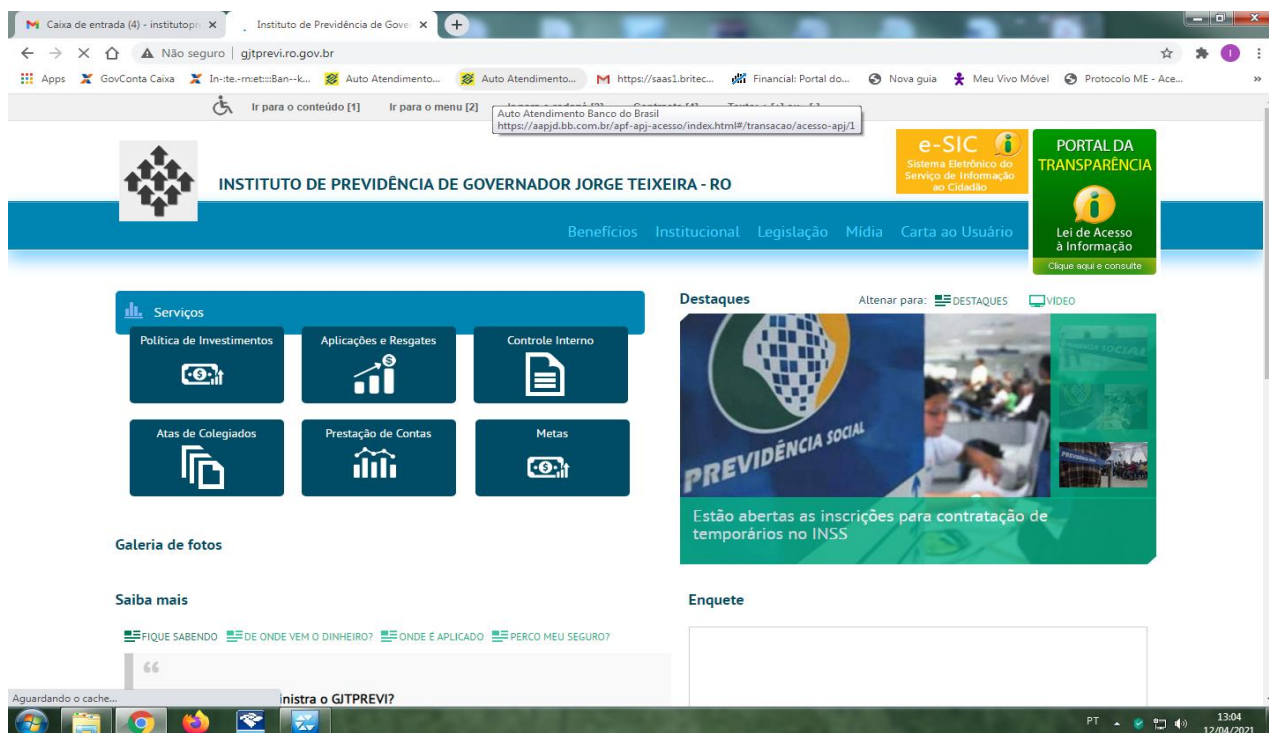
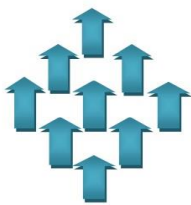


Figura 3 - Portal Transparência



Av. Pedras Brancas nº 939 – Centro – CEP 76.898-000 – Governador Jorge Teixeira - RO
Site: www.gjtprevi.ro.gov.br

Fone: 69 3524-1278 – institutoprevidenciagjtprevi@gmail.com



GJTPREVI
INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS
MUNICIPAIS DE GOVERNADOR JORGE TEIXEIRA
CNPJ 13.363.520/0001-00

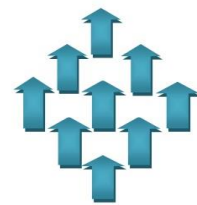


Figura 4 - Portal Transparência

Imagem de captura de tela do Portal da Transparência do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos Municipais de Governador Jorge Teixeira (GJTPREVI).

A interface exibe o menu lateral com opções como: COMITÊ DE INVESTIMENTOS, Atas Extraordinárias, Atas Ordinárias, Cronograma de Reuniões, CONSELHO MUNICIPAL, Atas, Extraordinárias, Ordinárias, Cronograma de Reuniões, DEMONSTRATIVOS, DAIR - Aplicações e Investimentos dos Recursos, DIPR - Informações Previdenciárias e Repasses, DRAA - Resultados da Avaliação Atual, FINANCEIRO, Compras Diretas, Credores (Ordem Cronológica), Despesa (Empenho), Diárias.

O conteúdo principal mostra o **Relatório de Investimentos** com uma lista de relatórios mensais e anuais, incluindo o Relatório Mensal de Investimentos - Janeiro 2022, Fevereiro 2022, Outubro 21, Novembro 21, Dezembro 21, 4º Trimestre 2021, Setembro 2021 e junho 2021.

Abaixo, há uma seção de **Pesquisa Empenho** com filtros para Data Inicial (01/03/2022) e Data Final (28/03/2022). A pesquisa retornou 25 registros por página.

Emp	Tipo	Data	Ano	Proc	Nome	CNPJ	Empenhado	Liquidado	Pago
617	OR	28/03/2022	2022	0350/2022	LUIZ FELIPE SANTOS DA SILVA	873.966.292-68	R\$ 420,00	R\$ 420,00	R\$ 0,00
616	GL	25/03/2022	2022	0800/2021	CONCEITO SERVICOS DE TRANSPORTES E CONSTRUCAO LTDA	23.529.827/0001-92	R\$ 1.412.443,28	R\$ 0,00	R\$ 0,00
615	GL	25/03/2022	2022	0800/2021	CONCEITO SERVICOS DE TRANSPORTES E CONSTRUCAO LTDA	23.529.827/0001-92	R\$ 350.000,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
614	GL	25/03/2022	2022	0800/2021	CONCEITO SERVICOS DE TRANSPORTES E CONSTRUCAO LTDA	23.529.827/0001-92	R\$ 1.037.050,47	R\$ 0,00	R\$ 0,00
613	GL	25/03/2022	2022	0800/2021	CONCEITO SERVICOS DE	23.529.827/0001-	R\$ 153.445,40	R\$ 0,00	R\$ 0,00

Av. Pedras Brancas nº 939 - Centro - CEP 76.898-000 - Governador Jorge Teixeira - RO
Site: www.gjtprevi.ro.gov.br

Fone: 69 3524-1278 – institutoprevidenciagjtprevi@gmail.com

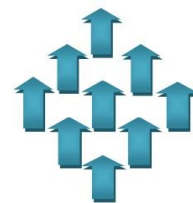
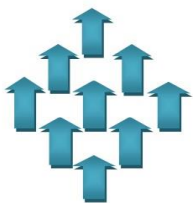
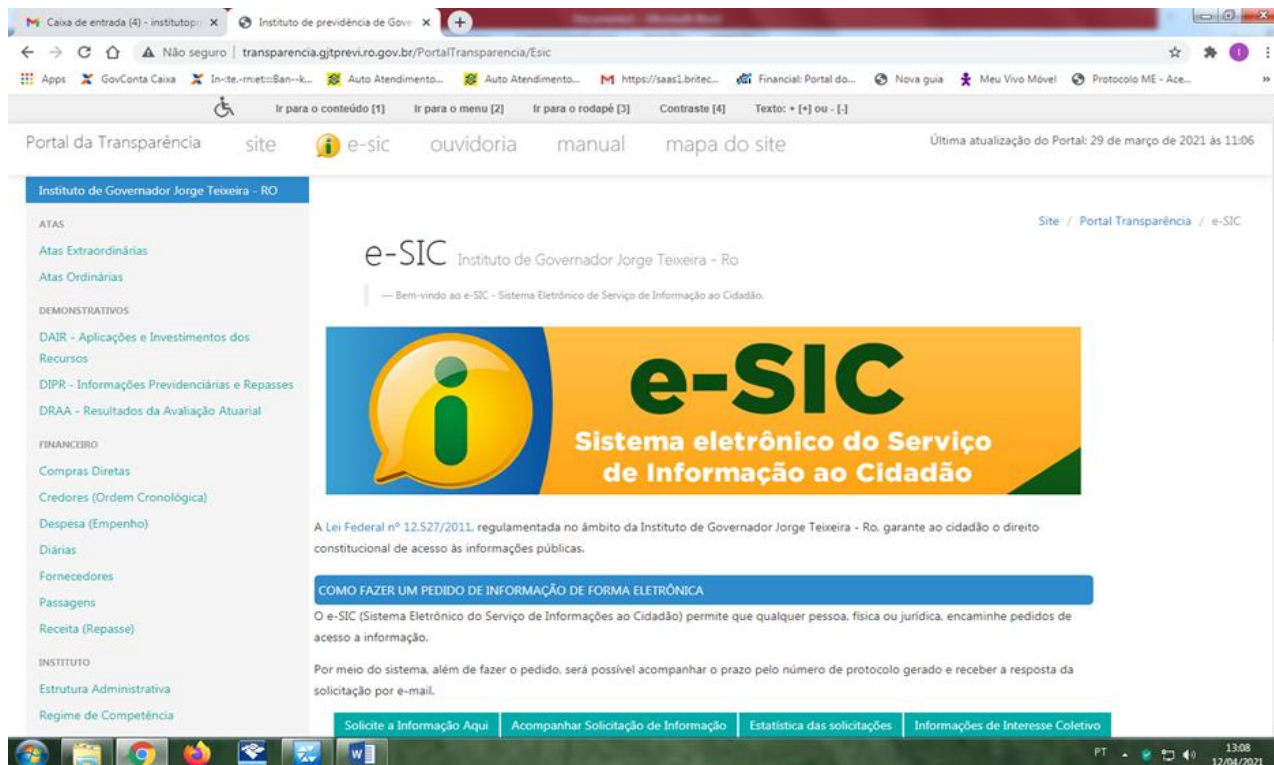
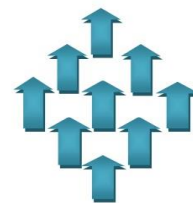
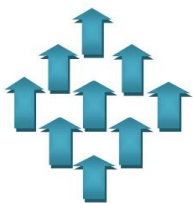


Figura 5 – e-SIC



O Tribunal de Contas do Estado de Rondônia órgão técnico e independente fiscalizador externo da administração pública publicou Instrução Normativa n. 52/2017, posteriormente alterada pela IN n. 62/2018, dispondo sobre os requisitos a serem obedecidos e elementos a serem disponibilizados nos Portais de Transparência de todas as entidades, órgãos e Poderes submetidos ao controle do Tribunal de Contas do Estado de Rondônia.

Em 2021, lutamos para melhorar a nossa classificação no Ranking de Transparência em relação aos anos anteriores, cremos que melhoramos o acesso às informações, cumprindo assim com as obrigações dispostas na Instrução Normativa n. 52/2017, posteriormente alterada pela IN n. 62/2018.



17. CONSIDERAÇÕES FINAIS:

A atipicidade do ano de 2021 permaneceu com fortes influências de 2020, buscamos juntamente com os colaboradores, conselheiros, servidores e munícipes, desenvolver atividades seguindo os princípios da administração pública, atuando dentro dos padrões pautáveis dos cargos e encargos da servidoria pública seguindo os 05 (cinco) pilares norteadores: legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência de forma a melhorar cada vez mais a gestão deste Instituto de Previdência, atendendo não somente nosso público-alvo, mas também aqueles cidadãos que fazem parte do nosso cotidiano, sempre com civilidade e cortesia, na certeza de que somos uma autarquia indispensável para sanar as dúvidas e auxiliar a todos.

Ao Conselho prestamos contas de forma continua e precisa com relatórios de atividades e relatórios de contas para que acompanhem a execução orçamentária, bem como aos segurados disponibilizando a todos o acesso as informações relevantes e inerentes a sua seguridade, através das páginas virtuais e através de atendimento diário.

Na qualidade de Presidente sei que os desafios são infinitos e que muito temos que fazer, mas, com o apoio dos conselheiros, dos colaboradores, no ano de 2021 lutamos muito para minimizar as perdas principalmente no tocante aos investimentos, visando manter a nossa carteira de forma a garantir a proteção dos ativos adquiridos, razão esta que nos fortalece para que possamos seguir frente a estes enfrentamentos.

Finalizando, o GJTPREVI tem a informa que somente em dezembro de 2021 foi realizada a Regulamentação Constitucional no tocante as mudanças tanto na Alíquota da Parte Servidor, quanto na Parte Patronal, conforme § 4º do Artigo 9º da EC nº 103/2019, conforme item 6.1 deste Relatório.

Este é o relatório.

Governador Jorge Teixeira, 29 de março de 2022.

EDIVALDO DE MENEZES
Presidente do GJTPREVI
Decreto nº.8553/GP/2021